

A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA E A JUSTIÇA

ELIANA CALMON ALVES*

Ministra do Superior Tribunal de Justiça

No início deste mês (agosto/2002), no mundo inteiro abriu a imprensa espaço para lembrar a perda do maior símbolo sexual de todos os tempos.

Marilyn Monroe partiu há quatro décadas, quando, aos 36 anos de idade, cobiçada pelos homens e invejada pelas mulheres, foi descartada da vida artística por estar velha. O mundo matou Marilyn Monroe no momento em que as mulheres de minha geração conseguiam romper as amarras de uma inferioridade histórica, iniciando, a partir daí, a década da libertação feminina, a qual propiciou uma terceira fase neste caminhar contínuo e rico em mudanças.

Dois grandes temas despertam a atenção neste século XXI: a exclusão social e a ética na arte de governar e conviver em sociedade, enfim, a ética na política.

Pela importância do questionamento é que este Congresso elegeu a Ética como referência nesta semana de trabalho reflexivo, iniciando a abordagem pelo tema “Alimentos transgênicos”, passando pelas relações familiares, profundamente afetadas pela velocidade da vida e pelas descobertas científicas.

Seguiu-se com a questão da reprodução humana e os reflexos revolucionários da ciência na área das comunicações. Incluiu-se, como não poderia deixar de ser, tema relativo à invasão da privacidade e às relações entre cidadão e Estado, profundamente alteradas neste início de século.



*Ministra do Superior Tribunal de Justiça, a partir de 30/6/1999.

Por último, cabe falar sobre a “Revolução Científica e a Justiça”.

O desenvolvimento científico e tecnológico do século XX ensejou mudanças muito significativas, maior do que qualquer movimento político-social da história da humanidade.

Há cerca de quarenta anos foi iniciada a terceira revolução industrial. A partir de então, fervilham no planeta descobertas e invenções saídas dos laboratórios.

A evolução é tão veloz que o presente tem como característica básica o interesse em construir uma porta para o futuro. Afinal, tudo leva ao porvir. O homem adquiriu maior longevidade, com expectativa de vida que, na média, foi dobrada, se comparada à estimativa do início do século passado.

Enquanto as ciências exatas avançam de forma incontida e imprevisível, os pensadores sociais, em perplexidade, não estão sendo capazes de acompanhá-las, havendo um descompasso que se reflete em nosso mundo confortável, mas inquieto e angustiante. Afinal, regem o planeta as dúvidas, a provisoriedade e a desconfiança das relações jurídicas. As certezas são substituídas pela probabilidade, diante de uma relativização das verdades tradicionalmente aceitas.

O Estado, provedor da paz e da segurança, para desincumbir-se do seu mister, volta-se para a realização da pessoa humana, na tentativa de neutralizar as angústias da incerteza.

O Estado do bem-estar social cede lugar ao Estado científico, voltado para os novos fenômenos que ameaçam a individualidade, a privacidade e até mesmo a integridade subjetiva.

Afinal, a comunidade científica possui pouca sensibilidade para antever as conseqüências sociais do uso da tecnologia e tenta impor a aceitação de inventos que, fatalmente, irão alterar as relações humanas.

E o homem, entre a evolução científica e a segurança do *status quo*, sente-se verdadeiro autômato, como espécie de alma vazia e errante, comprometido com o seu passado, mas empurrado para o futuro por um presente que o deixa sem alternativa.

As relações de convívio estabelecidas pelo Estado, seja pelas regras sociais, seja pela cogência do Legislativo, seja pelas normas impositivas do Poder Judiciário, seja ainda pelos caminhos dos usos e costumes, sofrem uma espécie de afrouxamento pela relativização de tudo o que ocorre no mundo, colocando em dúvida os valores éticos e os acertos do passado e do próprio Estado.

Torna-se imprescindível mudar. Mas quais os parâmetros para a mudança? Quais as regras a seguir? Como conciliar o presente que surge com o passado que nos compromete?

Por certo que não se pode pensar que o legislador, sozinho, será capaz de fazer, como no passado, a composição do dever-ser por via de produção legislativa. Afinal, até as normas estão relativizadas.

Como enfrentar a pós-modernidade, se considerarmos como moderno, mas já ultrapassado, o mundo que nos foi legado pela Revolução Francesa? Aquele mundo perseguiu a liberdade, a igualdade e a fraternidade pela via formal e normativizada.

Diferentemente, daqui por diante, não poderá o Estado, juiz ou legislador, impor comportamento idealizado.

Este mundo novo exige transparência, sinceridade e competência, forçando que se estabeleçam relações verdadeiras que trabalhem com as desigualdades efetivas para que, sem subterfúgios, possamos tratar desigualmente os desiguais através das ações afirmativas.

Daqui por diante, cabe ao legislador estabelecer regras básicas para os fenômenos sociais, dando-se ao Judiciário papel fundamental. Enquanto o comum, o igual, o agrupável fica para ser trabalhado pelo Legislativo, as diferenças e as peculiaridades de cada fenômeno ficam para análise no caso concreto, trabalhando-se as diferenças, inclusive, entre ordens jurídicas nas quais se entrelaçam ricos e pobres, negros, brancos e amarelos, em um ecumenismo próprio do mundo globalizado.

O pluralismo jurídico é a pedra de toque para que se possa enfrentar o incomensurável, o inconciliável, o que se apresenta aos novos olhos como sem solução compatível.

Ora, em um mundo tão imprevisível como é o mundo da pós-modernidade, é preciso que se tenha disposições alternativas, opções ou possibilidades capazes de atender à força motriz da vida.

É importante, entretanto, que não se confunda o entendimento esposado como sendo uma adesão ao anarquismo político, ao alternativismo do direito. No mundo anárquico, a prevalência é pelas razões subjetivas. No mundo novo, as regras de comportamento obedecem às razões objetivas, extraídas dos costumes dos povos, da identidade cultural da sociedade, que suportará a solução da consciência coletiva já transformada em consenso e, sobretudo, a realização da pessoa humana de *per si*.

Por isso mesmo temos, nas tendências sedimentadas em sociedades mais evoluídas, mesmo nos países como o Brasil, cujo

Judiciário ainda não se estruturou nos moldes da pós-modernidade, o abandono às leis infraconstitucionais, quando não se compatibilizarem com os princípios contidos na lei fundamental.

Daí a também tendência à publicização das relações jurídicas, em que tem o Estado papel de importância fundamental.

E na condução da aceitação desta sociedade plural, é de importância fundamental a observância aos rumos de uma nova ciência que atende pela nomenclatura de Bioética.

Diferentemente da ética médica, a Bioética estuda, de maneira sistemática, a conduta humana, dentro de uma perspectiva de novos paradigmas, abrangendo não só o enfoque da área da saúde e da vida física, mas o compromisso de ajustar as questões da ciência médica às questões sociais.

Somente através da Bioética é possível pensarem os juristas, por exemplo, sobre a questão da reprodução humana pela clonagem, seja ela terapêutica ou reprodutiva; sobre o comércio de órgão; sobre a mudança de sexo. Enfim, a ciência da vida (bio) e a grandeza na aceitação das diferenças somente podem ser trabalhadas sem preconceito e sem miopia de espírito, com vista a uma solução global para a sociedade.

Podemos ver, Senhores, que inaugurou o século XXI uma nova era, para a qual conclamo a minha geração, os ativistas da era de Aquário, que hoje formam uma maioria silenciosa e acomodada, a unirem-se à juventude que já nasceu sob a égide do pluralismo, a fim de que possamos, juntos, contaminados pelo vírus da cibernética, construir um mundo harmonioso, onde todos tenham vez, inclusive as “loiras burras” transformadas em objeto por esta sociedade que usa a mulher, a moça feia que ficou na janela aguardando a banda passar, a intelectual ativista que procura mudar o mundo, sofrendo

na pele o preço de ter se rebelado, e aquelas que, insatisfeitas com a proposta sexual que lhes ofereceu a natureza, têm a coragem de enfrentar este mundo de iguais que hoje desaba para ceder espaço aos diferentes, abrindo espaço para a sinceridade, a transparência, a subjetividade de cada um.

Afinal, o que importa é ser feliz consigo mesmo.